



## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

## 2016/2017

Por este instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, como representante da categoria profissional, o SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE SÃO PAULO, com Carta de Reconhecimento Sindical expedida em 15/05/1941, registrada no livro 02, folhas 169, do Ministério do Trabalho e Emprego, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.989.944/0001- 65, com base territorial no município de São Paulo e sede na Rua Formosa, nº 99, CEP 01049-000, nesta Capital, neste ato representado por seu Presidente, SR. RICARDO PATAH, inscrito no CPF/MF no. 674.109.958-15 e pelo seu Diretor Jurídico, SR. MARCOS AFONSO **DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF/MF sob nº. 219.396.758/04, assistidos por seus advogados, Dra. Cláudia Campas Braga Patah, inscrita na OAB/SP sob nº. 106.172, Dr. Robson Eduardo Andrade Rios, OAB/SP nº 86.361 e Dra. Walkiria Daniela Ferrari, inscrita na OAB/SP sob nº 165.085, conforme procurações em anexo, nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/05/2016 e, de outro, como representante da categoria econômica, o SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO E APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINCOELÉTRICO, com Carta de Reconhecimento Sindical assinada em 15.05.1941 - Processo DNT 25.544/41, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 60.747.375/0001-41, com base territorial estadual e sede nesta Capital, na Rua Conselheiro Crispiniano, 398, 9º andar, Centro, CEP 01037-001, neste ato representado por seu Presidente SR. MARCO AURÉLIO **SPROVIERI RODRIGUES**, inscrito no CPF/MF sob nº. 184.187.328-49, assistido por seu advogado, Dr. Antonio Jorge Farah, inscrito na OAB/SP sob nº. 65.963, conforme procuração em anexo, nos termos da Assembleia Geral realizada em 10/08/2016, celebram, na forma do disposto nos artigos 611 e seguintes da CLT, a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes.

**01. REAJUSTE SALARIAL:** Os salários fixos ou parte fixa dos salários mistos serão reajustados a partir de 01 de setembro de 2016, data base da categoria profissional, mediante aplicação do percentual de **9,62%** (nove vírgula sessenta e dois por cento) incidente sobre os salários já reajustados em 1º de se tembro de 2015.

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhangabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900 e-mail: atendimento@comerciarios.org.br Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377

CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377 e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.com.b







**Parágrafo Primeiro** - A remuneração mensal do empregado que receber salário misto, entendido como tal a remuneração composta de parte fixa, mais comissões e RSR (Repouso Semanal Remunerado), não poderá ser inferior ao piso previsto para empregados em geral.

**Parágrafo Segundo** - Eventuais diferenças salariais poderão ser pagas juntamente com a folha de pagamento do mês de competência novembro de 2016, permitida a compensação de quaisquer valores que tenham sido antecipados no período, observado o disposto na cláusula nominada "Compensação", bem como a proporcionalidade estabelecida na cláusula nominada "Reajuste Salarial dos Empregados Admitidos entre 1º de setembro de 2015 até 31 de agosto de 2016".

**Parágrafo Terceiro** - Os encargos de natureza trabalhista, previdenciária e tributária serão recolhidos na mesma época do pagamento das diferenças salariais referidas no parágrafo primeiro.

02. REAJUSTE SALARIAL DOS EMPREGADOS ADMITIDOS ENTRE 01 DE SETEMBRO DE 2015 ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2016: O reajuste salarial será proporcional e incidirá sobre o salário de admissão, conforme tabela abaixo:

Admitidos no Período de:	Multiplicar o Salário de Admissão por:
Admitidos até 15.09.15	1,0962
de 16.09.15 a 15.10.15	1,0878
de 16.10.15 a 15.11.15	1,0795
de 16.11.15 a 15.12.15	1,0713
de 16.12.15 a 15.01.16	1,0631
de 16.01.16 a 15.02.16	1,0550
de 16.02.16 a 15.03.16	1,0470
de 16.03.16 a 15.04.16	1,0390
de 16.04.16 a 15.05.16	1,0311
de 16.05.16 a 15.06.16	1,0232
de 16.06.16 a 15.07.16	1,0154
de 16.07.16 a 15.08.16	1,0077
a partir de 16.08.16	1,0000

Parágrafo único - O salário reajustado não poderá ser inferior ao salário de admissão da função correspondente, conforme previsto nas cláusulas nominadas "Salários de Admissão nas Empresas com até 10 (dez) Empregados" e "Salários de Admissão nas Empresas com mais de 10 (dez) Empregados".

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhangabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900

e-mail: atendimento@comerciarios.org.br

Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377

e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.com.br







- 03. COMPENSAÇÃO Nos reajustamentos previstos nas cláusulas nominadas "Reajuste Salarial" e "Reajuste Salarial dos empregados admitidos de 01 de setembro de 2015 até 31 de agosto de 2016" serão compensados, automaticamente, todos os aumentos, antecipações e abonos, espontâneos e compulsórios, concedidos pela empresa no período compreendido entre 01/09/15 e a data da assinatura da presente norma, salvo os decorrentes de promoção, transferência, implemento de idade, equiparação e término de aprendizagem.
- 04. SALÁRIOS DE ADMISSÃO NAS EMPRESAS COM ATÉ 10 (DEZ) EMPREGADOS: Para as empresas com até 10 (dez) empregados ficam estipulados os seguintes salários de admissão, a viger a partir de 01 de setembro de 2016, para os empregados da categoria e desde que cumprida integralmente a jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, conforme artigos 3º e 4º da Lei nº 12.790/13:
  - a) empregados em geral......R\$ 1.203,00 (um mil duzentos e três reais);
  - b) office-boys, faxineiros, copeiros e empacotadores em geral...R\$ 988,00 (novecentos e oitenta e oito reais);
  - (um mil quatrocentos e trinta e um reais).

Parágrafo Primeiro - As empresas enquadradas na forma do caput da presente cláusula, para poderem praticar os valores acima estabelecidos, deverão apresentar ao sindicato patronal os seguintes documentos:

- a) Solicitação da empresa endereçada e protocolada na entidade patronal, na Rua Conselheiro Crispiniano, 398, 9º andar, Centro, CEP 01037-001 de 2a a 6a feira no horário das 9:00 às 17:00 horas:
- Declaração sob as penas da lei e responsabilidade assinada pelo empresário, titular ou sócio da empresa, e também pelo contabilista responsável, disponibilizada no site: www.sincoeletrico.com.br ou na sede da entidade, da qual constem:
- Razão social, CNPJ, NIRE, Capital Social registrado na JUCESP, endereço completo, atividade social, identificação do empresário e contabilista responsável;

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhangabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900 e-mail: atendimento@comercianos.org.br

Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377

e-mail: sincaeletrica@sincaeletrica.com.bi







- 2. Número total de empregados na empresa em 31 de agosto de 2016;
- 3. Compromisso e/ou comprovação de cumprimento das cláusulas desta convenção; e,
- **4.** Ciência de que a falsidade de declaração ocasionará o imediato e conseqüente pagamento de diferenças salariais.

**Parágrafo Segundo** - Preenchidos os requisitos do parágrafo 1°, letras e incisos as empresas receberão da entidade sindical patronal, sem qualquer ônus, o **CERTIFICADO SINDICAL 2016/2017**, que lhes assegura o direito a prática dos salários normativos acima indicados

**Parágrafo Terceiro** - A entidade patronal, mensalmente, encaminhará ao sindicato laboral, para fins estatísticos e de verificação em atos homologatórios, relação das empresas que receberam o **CERTIFICADO SINDICAL 2016/2017**.

Parágrafo Quarto - Em atos homologatórios de rescisão de contrato de trabalho e comprovação perante a Justiça Federal do Trabalho do direito ao pagamento dos salários de admissão previstos nesta cláusula, a prova do empregador se fará através da apresentação do CERTIFICADO SINDICAL 2016/2017.

**Parágrafo Quinto** - O descumprimento desta cláusula sujeitará o infrator a uma multa correspondente a **R\$ 570,00** (quinhentos e setenta reais), em favor do empregado prejudicado.

**O5. SÁLÁRIOS DE ADMISSÃO NAS EMPRESAS COM MAIS DE 10 (DEZ) EMPREGADOS:** Para as empresas com mais de 10 (dez) empregados ficam estipulados os seguintes salários de admissão, a viger a partir de 01 de setembro de 2016, para os empregados da categoria e desde que cumprida integralmente a jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, conforme artigos 3º e 4º da Lei nº 12.790/13:

b) office-boys, faxineiros, copeiros e empacotadores em geral R\$1.072,00 (um mil e setenta e dois reais);

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhangabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900 e-mail: atendimento@comerciarios.org.br Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377

e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.com.br







- **O6. GARANTIA DO COMISSIONISTA:** Aos empregados remunerados exclusivamente à base de comissões percentuais preajustadas sobre as vendas (comissionistas puros), fica assegurada a garantia de uma remuneração mínima, conforme valores estabelecidos nas alíneas "c" das cláusulas nominadas "Salários de Admissão nas Empresas com até 10 (dez) Empregados" e "Salários de Admissão nas Empresas com mais de 10 (dez) Empregados", nela incluído o descanso semanal remunerado, e que somente prevalecerá no caso das comissões auferidas em cada mês não atingirem o valor da e desde que cumprida integralmente a jomada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, conforme artigos 3° e 4° da Lei n° 12.790/13.
- **07. JORNADA NORMAL DE TRABALHO:** Atendido ao disposto no artigo 3° da Lei n° 12.790/2013, a jornada normal dos empregados comerciários não poderá ser superior a 44 (quarenta e quatro) horas semanais, permitido sua distribuição durante a semana, respeitando o Repouso Semanal Remunerado, que não poderá ser concedido após o 7º (sétimo) dia consecutivo de trabalho.
- **08. NÃO INCORPORAÇÃO DE ABONOS OU ANTECIPAÇÕES:** Aos valores fixados nas cláusulas nominadas "Salários de Admissão nas Empresas com até 10 (dez) Empregados", "Salários de Admissão nas Empresas com mais de 10 (dez) Empregados"; "Garantia do Comissionista" e "Indenização de Quebra de Caixa" não serão incorporados abonos ou antecipações decorrentes de eventual legislação superveniente.
- **09. REMUNERAÇÃO DO REPOUSO SEMANAL DOS COMISSIONISTAS:** A remuneração do repouso semanal dos comissionistas será calculada tomando-se por base o total das comissões auferidas durante o mês, dividido por 25 (vinte e cinco) e multiplicado o valor encontrado pelos domingos e feriados a que fizerem jus, atendido ao disposto no art. 6º, da Lei nº. 605/49.
- 10. PRAZO DE PAGAMENTO DAS COMISSÕES: As comissões apuradas sobre vendas, cujo fechamento não poderá ocorrer antes do dia 23 (vinte e três), deverão ser pagas até o 5° (quinto) dia útil do mês subseqüente ao do fechamento do mês a que corresponderem.
- 11. REMUNERAÇÃO DAS HORAS EXTRAS DOS COMISSIONISTAS: O acréscimo salarial de horas extras, em se tratando de comissões, será calculado tomando-se por base o valor da média horária das comissões auferidas nos 06 (seis) meses antecedentes, sobre o qual se aplicará o correspondente percentual de acréscimo, multiplicando-se o valor do acréscimo pelo número de horas extras remuneráveis.

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhangabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900 e-mail: atendimento@comerciários.org.br Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar CEP 01037-001 - 5P - Tel. 3333 -8377 e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.com.br





12. CÁLCULO E INTEGRAÇÃO DAS COMISSÕES EM VERBAS SALARIAIS E INDENIZATÓRIAS: O cálculo e a integração das comissões em verbas salariais e indenizatórias, inclusive na rescisão contratual, serão feitos como segue:

**Parágrafo Primeiro - Férias (integrais ou proporcionais):** Serão consideradas as comissões auferidas nos <u>06</u> (seis) meses imediatamente anteriores ao seu início ou a data da demissão.

Parágrafo Segundo - Primeiros 15 (quinze) dias do afastamento médico e aviso prévio indenizado ou trabalhado: Serão consideradas as comissões auferidas nos 06 (seis) meses imediatamente anteriores ao mês do pagamento;

Parágrafo Terceiro - Décimo terceiro salário (proporcional e integral): Será considerada a média das comissões auferidas nos <u>03</u> (três) últimos meses imediatamente anteriores ao mês do pagamento, podendo a parcela correspondente às comissões de dezembro ser paga até o 5° (quinto) dia útil de janeiro.

13. QUEBRA DE CAIXA: O empregado que exercer a função de caixa terá direito a um pagamento no valor de R\$ 68,00 (sessenta e oito reais), a partir de 1º de setembro de 2016, que será pago juntamente com o seu salário.

**Parágrafo Primeiro** - A conferência dos valores do caixa será sempre realizada na presença do respectivo operador e, se houver impedimento por parte da empresa, ficará aquele isento de qualquer responsabilidade.

**Parágrafo Segundo -** As empresas que não descontam de seus empregados as eventuais diferenças de caixa, não estão sujeitas ao pagamento da indenização por quebra de caixa prevista no *caput* desta cláusula.

14. NÃO INCORPORAÇÃO DE CLÁUSULAS COMO DIREITO ADQUIRIDO: As garantias previstas nas cláusulas nominadas "Salários de Admissão nas Empresas com até 10 (dez) Empregados", "Salários de Admissão nas Empresas com mais de 10 (dez) Empregados"; "Garantia do Comissionista" e "Quebra de Caixa" não se constituirão, sob qualquer hipótese, em salários fixos ou parte fixa dos salários, não estando sujeitas aos reajustes previstos nas clausulas nominadas "Reajuste Salarial" e "Reajuste Salarial dos empregados admitidos de 01 de setembro de 2015 até 31 de agosto de 2016".

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhangabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900 e-mail: atendimento@comerciários.org.br Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377

e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.com.br







- 15. APRENDIZES: Os empregados, que tenham completado curso de aprendizagem entre 01/09/2015 até 31/08/2016, terão os reajustes das cláusulas anteriores calculados sobre o salário percebido no dia imediato ao do término do curso, observada a tabela de proporcionalidade prevista na cláusula nominada "Reajuste Salarial dos empregados admitidos de 01 de setembro de 2015 até 31 de agosto de 2016" e nas demais cláusulas constantes desta Convenção.
- **16. REMUNERAÇÃO DE HORAS EXTRAS:** As horas extras diárias serão remuneradas com o adicional de 60% (sessenta por cento), incidindo, o percentual, sobre o valor da hora normal.

**Parágrafo único** - Quando as horas extras diárias forem eventualmente superiores a 02 (duas), somente nos termos do art. 61 da CLT, a empresa deverá fornecer refeição comercial ao empregado que as cumprir.

17. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS: As empresas se obrigam a descontar do salário do mês de competência novembro/2016, de cada integrante da categoria profissional beneficiado por este instrumento normativo, em favor do *Sindicato dos Comerciários de São Paulo*, 4% (quatro por cento), de uma única vez, incidente sobre o salário já reajustado em 1º de setembro de 2016, a título de contribuição assistencial.

**Parágrafo Primeiro** - O recolhimento dessa contribuição pelas empresas deverá ser feito até o dia 10 de dezembro de 2016, em conta corrente, mediante guia fornecida pelo sindicato profissional que deverá ser obtida somente no *site* <a href="https://www.comerciarios.org.br">www.comerciarios.org.br</a>.

**Parágrafo Segundo** - Os empregados admitidos após a data-base e que não sofreram o desconto, este será efetuado no primeiro pagamento de seu salário, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias do início do contrato de trabalho, para o exercício do direito de oposição, conforme previsto no parágrafo quarto desta cláusula, devendo o valor descontado ser repassado pela empresa ao *Sindicato dos Comerciários de São Paulo* até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto. O desconto previsto neste parágrafo deverá respeitar a proporcionalidade de 1/12 (um doze avos) por mês faltante para o alcance da próxima data-base.

Parágrafo Terceiro - O recolhimento da contribulição assistencial efetuado fora dos prazos mencionados nos parágrafos primeiro e segundo será acrescido de multa de 2% (dois por cento) nos 30 (trinta) primeiros dias. Ocorrendo atraso superior a 30 (trinta) dias, além da multa de 2% (dois por cento), correrão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor principal.

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhangabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900 e-mail: <u>stendimento@comerciarios.org.br</u> Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377 e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.com.br





Parágrafo Quarto - Os trabalhadores poderão exercer o direito de oposição à cobrança da contribuição prevista nesta cláusula, manifestado individual e pessoalmente, por escrito, sempre no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura das Convenções ou dos Acordos Coletivos, que deverá conter o nome, o RG e o CPF do trabalhador e ser entregue na sede do sindicato, das 09h00hs às 17h00hs, em qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos ou feriados, ou em suas subsedes, também das 09h00hs às 17h00hs, de segunda a sexta-feira, sem outras formalidades. No caso de admissão do trabalhador após a data-base, este poderá exercitar seu direito de oposição no prazo de 30 (trinta) dias do início do contrato de trabalho, apenas de segunda a sexta-feira, das 09h00hs às 17h00hs, na sede ou subsedes do sindicato. Os endereços da sede e subsedes estão disponibilizados no site do Sindicato dos Comerciários de São Paulo - www.comerciarios.org.br.

**Parágrafo Quinto** - O empregado que efetuar oposição ao desconto da contribuição assistencial na forma prevista nesta cláusula, deverá entregar à empresa, até a data adotada para a elaboração da folha de pagamento, cópia do protocolo de sua manifestação, fornecida pelo *Sindicato dos Comerciários de São Paulo*, para que não se efetuem os descontos convencionados.

18. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL: As empresas integrantes da categoria representada pelo Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo - SINCOELÉTRICO quer sejam associadas ou não, pagarão a Contribuição Assistencial nos valores fixados conforme tabela a seguir:

ENQUADRAMENTO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO
MICROEMPRESAS (ME)	R\$ 315,00
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)	R\$ 420,00
EMPRESAS COM ATÉ 02 FILIAIS OU LOJAS	R\$ 945.00
EMPRESAS COM 03 E ATÉ 05 FILIAIS OU LOJAS	R\$ 1.365.00
EMPRESAS COM 06 E ATÉ 10 FILIAIS OU LOJAS	A R\$ 1.890,00
EMPRESAS COM 11 E ATÉ 30 FILIAIS OU LOJAS	R\$ 3.885,00
EMPRESAS COM MAIS DE 30 FILIAIS OU LOJAS	\

Parágrafo Primeiro - O recolhimento deverá ser eletuado de acordo com as instruções contidas no boleto bancário, que será fornecido à empresa pelo Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo - SINCOELÉTRICO.

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhangabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900 e-mail: atendimento⊕comerciarios org.br

Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377 e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.com.br





**Parágrafo Segundo** - O valor do recolhimento da contribuição assistencial patronal, efetuado fora do prazo mencionado no parágrafo 1°, será acrescido da multa de 2% (dois por cento) nos 30 (trinta) primeiros dias, mais 1% (um por cento) por mês subsequente de atraso, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

**Parágrafo Terceiro** - Nos municípios onde existam empresas que possuam uma ou mais filiais, será devida uma única contribuição por empresa, que englobará a matriz e todas as filiais existentes nos municípios integrantes da base territorial do sindicato da categoria econômica.

- 19. COMPROVANTES DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS: As empresas ficam obrigadas a fornecer comprovantes de pagamento dos salários e respectivos depósitos do FGTS com discriminação das importâncias pagas e descontos efetuados, contendo a identificação da empresa e do empregado.
- **20. GARANTIA NA ADMISSÃO:** Admitido o empregado para a função de outro dispensado sem justa causa, salvo se exercendo cargo de confiança, será assegurado, àquele salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.
- 21. CHEQUES DEVOLVIDOS: É vedado às empresas descontar do empregado as importâncias correspondentes a cheques sem fundos recebidos, desde que o mesmo tenha cumprido os procedimentos e normas pertinentes ou ocorrer a devolução das mercadorias, aceita pela empresa.

**Parágrafo Primeiro** - A empresa deverá, por ocasião da ativação do empregado em função que demande o recebimento de cheques, dar conhecimento por escrito ao mesmo dos procedimentos e normas pertinentes a que se refere o *caput* desta cláusula.

Parágrafo Segundo - Em caso de pagamento da dívida pelo empregado, a comissão que fizer jus não poderá ser estornada.

Parágrafo Terceiro - Se o empregado pagal pelo cliente inadimplente, na forma prevista nesta cláusula, fica sub-rogado da titularidade do crédito, sob pena da empresa ser obrigada a lhe ressarcir o valor retido.

Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377 e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.com.br

Página- 9 -

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhangabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900 e-mail: atendimento@comerciarios.org.br





22. ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS: Atendida a ordem de prioridade, e entendimento da Súmula nº 15 do TST, serão reconhecidos os atestados e/ou declarações, de médicos ou odontólogos, firmados por profissionais habilitados junto à empresa, ao sindicato profissional ou por médicos e/ou odontólogos dos órgãos da saúde estadual ou municipal, desde que estes mantenham convênio com o órgão oficial competente da Previdência Social ou da Saúde.

Parágrafo único - Os atestados médicos e/ou declarações deverão obedecer aos requisitos previstos na Portaria MPAS 3.291/84, deles constando, desde que com a concordância do empregado, inclusive o diagnóstico codificado, conforme o Código Internacional de Doenças (CID), com apresentação à empresa em até 10 (dez) dias de sua emissão.

GARANTIA DE EMPREGO DO FUTURO APOSENTADO: Fica assegurado aos empregados em geral, sejam homens ou mulheres, em vias de aposentadoria, nos prazos mínimos legais, de conformidade com o previsto nos termos do art. 188 do Decreto nº. 3.048/99, com redação dada pelo Decreto nº. 4.729/03, garantia de emprego, como segue:

TEMPO DE TRABALHO NA MESMA EMPRESA	ESTABILIDADE
20 anos ou mais	02 anos
10 anos ou mais	01 ano
05 anos ou mais	06 meses

Parágrafo Primeiro - Para a concessão das garantias acima, o(a) empregado(a) deverá apresentar extrato de informações previdenciárias, nos termos do artigo 130 do Decreto nº 6.722/08, no prazo máximo de 30 dias após a sua emissão, que ateste, respectivamente, os períodos de 02 (dois) anos, 01 (um) ano ou 06 (seis) meses restantes para a implementação do benefício. A contagem da estabilidade inicia-se a partir da apresentação dos comprovantes pelo empregado, limitada ao tempo que faltar para aposentar-se.

Parágrafo Segundo - A concessão prevista riesta cláusula ocorrerá uma única vez, podendo a obrigação ser substituída por uma indenização correspondente aos salários do período não cumprido ou não implementado da garantia, não se aplicando nas hipóteses de encerramento das atividades da emplesa e dispensa por justa causa ou pedido de demissão.

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhanaabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900 e-mail: atendimento@comerciarios.org.br

e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377

Sindicato do Comércio Vareiista de Material Elétrico

e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.com.bi







**Parágrafo Terceiro** - O empregado que deixar de apresentar o extrato de informações previdenciárias nos termos do parágrafo 1º, ou de pleitear a aposentadoria na data em que adquirir essa condição, não fará jus à garantia de emprego e/ou indenização correspondente previstas no parágrafo anterior.

**Parágrafo Quarto -** Na hipótese de legislação superveniente que vier a alterar as condições para aposentadoria em vigor, esta cláusula ficará sem efeito.

24. ESTABILIDADE DO EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAR O SERVIÇO MILITAR: Fica assegurada estabilidade provisória ao empregado em idade de prestar serviço militar obrigatório, inclusive Tiro de Guerra, a partir de 02 de janeiro até 30 de junho do ano em que o empregado completar 18 (dezoito) anos, até 60 (sessenta) dias após o término do mesmo da dispensa de incorporação, o que primeiro ocorrer.

**Parágrafo Único** - Estão excluídos da hipótese, prevista no *caput* desta cláusula, os refratários, omissos, desertores e facultativos.

25. GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE: Fica assegurado o emprego à gestante, desde a confirmação da gravidez até 75 (setenta e cinco) dias após o término da licença maternidade, salvo as hipóteses de dispensa por justa causa e pedido de demissão.

Parágrafo único - A garantia prevista nesta cláusula poderá ser substituída por indenização correspondente aos salários ainda não implementados do período da garantia.

**26. DIA DO COMERCIÁRIO:** Pelo Dia do Comerciário - 30 de outubro de 2016 será concedida ao empregado do comércio uma **gratificação**, a ser paga em dinheiro, de forma destacada no recibo salarial do mês, correspondente a 01 (um) ou 02 (dois) dias da sua respectiva remuneração mensal auferida no mês de outubro/16, conforme proporção abaixo.

a) até 90 (noventa) dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado não faz jus ao benefício;

**b)** de 91 (noventa e um) dias até 180 (cento e oitenta) dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado fará jus a 01 (um) dia;

c) acima de 180 (cento e oitenta) dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado fará jus a 02 (dois) dias.

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhangabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900

e-mail: atendimento@comerciarios.orq.br

Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377

e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.com.br







- 27. COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO: A compensação da duração diária de trabalho, obedecidos os preceitos legais, fica autorizada, atendidas as sequintes regras:
  - a) manifestação de vontade por escrito, por parte do empregado, assistido o menor pelo seu representante legal, em instrumento individual ou plúrimo, no qual conste o horário normal de trabalho e o período compensável das horas excedentes:
  - b) não estarão sujeitas a acréscimo salarial as horas suplementares trabalhadas, limitadas a 02 (duas) horas por dia, desde que compensadas dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data-base, iniciandose novos períodos a cada 04 (quatro) meses subseqüentes, ficando vedado o acúmulo individual de saldo de horas extras superior a 100 (cem) horas, nesse mesmo período, assegurada a possibilidade de transferência para o quadrimestre posterior, do saldo máximo, positivo ou negativo, de até 20 (vinte) horas;
  - c) O saldo não compensado das horas suplementares, existentes no dia 31 de agosto de 2016 deverá ser liquidado em até 180 (cento e oitenta) dias a contar de 01 de setembro de 2016:
  - d) as horas extras trabalhadas, não compensadas no prazo acima previsto, ficarão sujeitas à incidência do adicional de 60% (sessenta por cento), sobre o valor da hora normal, conforme previsto na cláusula nominada "Remuneração de Horas Extras";
  - e) as regras constantes desta cláusula serão aplicáveis, no caso do menor, ao trabalho em horário diurno, isto é, até as 22h00min (vinte e duas) horas, obedecido, porém, o disposto no inciso I do artigo 413 da CLT:
  - f) para o controle das horas extras e respectivas compensações, ficam os empregadores obrigados a fornecer aos empregados, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao trabalhado, comprovantes individualizados onde conste o montante das horas extras laboradas no mês; o saldo eventualmente existente para compensação e o prazo limite para tal;
  - g) na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica vedado descontar do empregado d valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas:
  - h) a ausência de acordo individual, o descumprimento habitual do limite diário de horas trabalhadas e a falta do fornecimento de comprovante, previstos respectivamente nas alíneas "a", "b" e "f" desta cláusula, implicará na suspensão do direito à compensação de horas;

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhanaabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900 e-mail: atendimento@comerciarios.org.br

e-mail: sincoeletrico@sincaeletrico.com.br

Sindicato do Comércio Vareiista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377







- i) a suspensão do direito à compensação prevista na alínea "h" obrigará os sindicatos convenentes, em conjunto, à convocação da empresa objetivando a regularização da situação, sob pena da proibição da utilização do sistema de compensação até final vigência desta norma, sem prejuízo das demais penalidades legais e convencionais.
- 28. VEDAÇÃO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DURANTE O AVISO PRÉVIO: Durante o prazo de aviso prévio dado por qualquer das partes, salvo o caso de reversão ao cargo efetivo por exercentes de cargo de confiança, ficam vedadas alterações nas condições de trabalho, inclusive transferência de local de trabalho, sob pena de rescisão imediata do contrato, respondendo o empregador pelo pagamento do restante do aviso prévio.
- 29. FORNECIMENTO DE UNIFORMES: Quando o uso de uniformes, equipamentos de segurança, macações especiais, for exigido pelas empresas, ficam estas obrigadas a fornecê-los gratuitamente aos empregados, salvo injustificado extravio ou mau uso
- 30. INÍCIO DAS FÉRIAS: As empresas comunicarão aos seus empregados a data de início do período de gozo de férias, com 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo Primeiro - O início das férias não poderá coincidir com domingos, feriados ou dias compensados.

Parágrafo Segundo - O pagamento da remuneração correspondente ao período de férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do respectivo início, nos termos do artigo 145 da CLT, oportunidade em que, também, será pago o abono de que trata o inciso XVII do artigo 7º da Constituição Federal.

- 31. FÉRIAS EM DEZEMBRO (NATAL E ANO NOVO): Na hipótese de férias coletivas no mês de dezembro, recaindo Natal e Ano Novo em dia de segunda à sexta, os empregados farão jus ao acréscimo de 02 (dois) dias em suas férias.
- 32. COINCIDÊNCIA DAS FÉRIAS COM CASAMENTO: Fica facultado ao empregado gozar férias no período coincidente com a data de seu casamento. condicionada a faculdade à não coincidência com de mês de pico de vendas da empresa, por ela estabelecido, e comunicação à empresa com 60 (sessenta) dias de antecedência.

Sindicato do Comércio Vareiista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377 e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.com.t



Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhanaabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900 e-mail: atendimento@comerciarios.org.br





- 33. ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO: As empresas se obrigam ao pagamento do adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário, desde que requerido por ocasião do aviso de férias.
- 34. ASSISTÊNCIA JURÍDICA: A empresa proporcionará assistência jurídica integral ao empregado que for indiciado em inquérito criminal ou responder a ação penal por ato praticado no desempenho normal das suas funções e na defesa do patrimônio da empresa.
- 35. ABONO DE FALTA À MÃE COMERCIÁRIA: A comerciária que deixar de comparecer ao serviço para atender enfermidade de seus filhos menores de 14 (quatorze) anos, ou inválidos/incapazes, comprovado nos termos da cláusula nominada "Atestados Médicos e Odontológicos", terá suas faltas abonadas até o limite máximo de 15 (quinze) dias, durante o período de vigência da presente Convenção.

Parágrafo Primeiro - O direito previsto no caput somente será extensivo ao pai comerciário, se o mesmo comprovar sua condição de único responsável.

Parágrafo Segundo - Caso mãe e pai trabalhem na mesma empresa, este benefício poderá ser concedido a um ou outro, alternativamente, a critério do empregador, obedecidas as condições estabelecidas no caput desta cláusula.

- **36. ABONO DE FALTA AO COMERCIÁRIO ESTUDANTE:** O empregado, desde que comprove estar matriculado em curso regular fundamental, médio, técnico ou superior poderá deixar de comparecer ao serviço para prestar exames finais quando estes coincidirem com o horário de trabalho, ficando abonadas suas faltas. A mesma condição fica garantida nos casos de prestação de exames vestibulares e ENEN, desde que em ambas as hipóteses haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, comunicação à empresa, sendo indispensável comprovação posterior.
- 37. SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO: Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.

38. CONTRATO DE EXPERIÊNCIA: Fica vedada a celebração de contrato de experiência quando o empregado for readmitido para o exercício da mesma função na empresa.

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhanaabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900

e-mail: atendimento@comerciarios.org.br

Sindicato do Comércio Vareiista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 99 andar CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377

e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.com.l







- **39. ADIANTAMENTO DE SALÁRIO:** As empresas concederão até o dia 20 (vinte), do mês, um adiantamento de salário aos empregados.
- 40. FALECIMENTO DE SOGRO OU SOGRA, GENRO OU NORA: No caso de falecimento de sogro ou sogra, genro ou nora, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço nos dias do falecimento e do sepultamento, sem prejuízo do salário.
- **41. AUXÍLIO-FUNERAL:** Na ocorrência de falecimento do empregado, as empresas indenizarão o beneficiário com valor equivalente a um salário de admissão, conforme a função e previsto na alínea "a" da cláusula nominada "Salário de Admissão nas Empresas com Mais de 10 (dez) Empregados", para auxiliar nas despesas com o funeral.

**Parágrafo único** - As empresas que mantenham seguro para a cobertura de despesas com funeral em condições mais benéficas, ficam dispensadas da concessão da indenização prevista no *caput* desta cláusula.

**42. AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO:** Os descontos efetuados nas verbas salariais e/ou indenizatórias do empregado, desde que por ele autorizados por escrito, serão válidos de pleno direito.

Parágrafo único: Os descontos, objetos desta cláusula, compreendem os previstos no artigo 462 da CLT e os referentes a seguro de vida em grupo, assistência médica e/ou odontológica, seguro saúde, compensação de valores pagos a título de verbas rescisórias nos casos em que houver a reconsideração do aviso prévio ou reintegração do empregado, mensalidades de grêmios associativos ou recreativos dos empregados, cooperativas de crédito mútuo e de consumo e mensalidade sindical, desde que o objeto dos descontos tenha direta ou indiretamente beneficiado o empregado e/ou seus dependentes.

43. TRABALHO AOS DOMINGOS: Na forma da Lei n.º 605/49 e de seu Decreto Regulamentador n.º 27.048/49, c/c o artigo 6º da Lei n.º 10.101, de 19/12/2000, alterada pela Lei n.º 11.603/07, bem como da legislação municipal aplicável, fica autorizado o trabalho aos domingos no comércio em geral, nas seguintes modalidades e desde que atendidas as seguintes regras:

Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377 e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.com.br

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhangabaú - Centro CFP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900

e-mail: atendimenta@comerciarios.org.br





- a) trabalho em domingos alternados (1X1), ou seia, a cada domingo trabalhado segue-se outro domingo, necessariamente, de descanso, a título de DSR, devendo este ser concedido, no máximo, após 06 (seis) dias de trabalho consecutivos;
- b) adoção do sistema 2X1, ou seja, a cada dois domingos trabalhados segue-se outro, necessariamente, de descanso, a título de DSR, devendo este ser concedido, no máximo, após 06 (seis) dias de trabalho consecutivos, fazendo jus ao empregado que se ativar nesse regime a mais 03 (três) dias de folgas compensatórias anuais.
- c) adoção do sistema 2X2, ou seja, a cada dois domingos trabalhados corresponderá o mesmo número de domingos de descanso, a título de DSR, devendo este ser concedido, no máximo, após 06 (seis) dias de trabalho consecutivos:
- d) O DSR não poderá ser concedido após o 7º (sétimo) dia consecutivo de trabalho.
- e) no sistema 2X1 (dois por um) as folgas compensatórias serão proporcionais aos meses trabalhados, conforme a seguir disposto:
- I até 90 dias de trabalho na empresa: não faz jus ao benefício;
- II acima de 90 dias de trabalho o empregado fará jus a 03 (três) dias de folgas adicionais, que deverão ser concedidas e gozadas até o prazo final de vigência desta norma coletiva.
- f) ressarcimento de despesas com transporte de ida e volta, sem nenhum ônus ou desconto para o empregado:
- g) jornada normal de trabalho, remunerada sem acréscimo de adicional.
- h) remuneração da hora extra com 60% (sessenta por cento) quando a jornada exceder a jornada normal de trabalho, vedada a compensação, nos termos da cláusula nominada "Compensação de Horário de Trabalho".

Parágrafo Primeiro - Quando a jornada de trabalho for de 06 (seis) ou mais horas, as empresas fornecerão refeição aos empregados, em refeitório próprio, se houver. Não existindo refeitório, pagarão ao empregado o valor de R\$ 32.00 (trinta e dois reais) ou concederão documento-refeição de igual valor, não sendo permitida a concessão de "marmitex".

Parágrafo Segundo - O certificado atestando o integral cumprimento da Convenção Coletiva será fornecido, sem qualquer ônus, pelo Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo -SINCOELÉTRICO e suprirá eventuais exigências contidas no Decreto Municipal nº. 45.750/05 que regulamenta o trabalho aos domingos no município de São Paulo, nos termos da Lei Municipal nº. 13.473/02, sendo documento indispensável para comprovar a regularidade, não só do trabalho dos domerciários aos domingos, como também a necessária licença municipal para funcionamento.

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhangabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900 e-mail: atendimento@comerciarios.org.br

CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377 e-mail: sinçoeletrico@sincoeletrico.com br

Sindicato do Comercio Varejista de Material Elétrico

e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo

Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar







**Parágrafo Terceiro** - Serão nulos de pleno direito, não tendo eficácia ou validade, acordos individuais ou coletivos celebrados em condições inferiores às aqui estabelecidas.

**Parágrafo Quarto** - O disposto nesta cláusula não desobriga as empresas a satisfazer as demais exigências dos poderes públicos em relação à abertura de seu estabelecimento;

**Parágrafo Quinto** - O não cumprimento do disposto nesta cláusula ensejará o pagamento da multa prevista na cláusula nominada "Multa".

- **44. TRABALHO EM FERIADOS:** Na forma da Lei n.º 605/49 e de seu Decreto Regulamentador n.º 27.048/49, c/c o artigo 6º da Lei n.º 10.101, de 19/12/2000, alterada pela Lei n.º 11.603/07, bem como da legislação municipal aplicável, fica autorizado o trabalho em feriados no comércio em geral, com exceção dos dias 25 de dezembro (Natal) e 1º de janeiro (Confraternização Universal), desde que atendidas as seguintes regras, ficando autorizado, nas mesmas condições, o trabalho nas empresas no dia 07 de setembro de 2016, feriado da Independência:
  - a) comunicação da empresa ao sindicato patronal, com antecedência de 07 (sete) dias, para cada feriado, da intenção de funcionamento e trabalho no mesmo e declaração de que está sendo cumprida integralmente a Convenção Coletiva de Trabalho, sendo este documento o indispensável comprovante da regularidade do trabalho;
  - **b)** manifestação de vontade por escrito, por parte do empregado, assistido o menor por seu representante legal, em instrumento individual ou plúrimo, do qual conste:

I - o feriado a ser trabalhado:

II - a discriminação da jornada a ser desenvolvida em cada um; e

III - o dia e mês em que serão gozadas as folgas compensatórias, estas correspondendo sempre a número igual ao dos feriados laborados;

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhangabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900

e-mail: atendimento@comerciarios.org.br

Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulô Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377 e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.com.br







- c) pagamento em dobro das horas efetivamente trabalhadas no feriado, sem prejuízo do DSR. Para os comissionistas puros o cálculo dessa remuneração corresponderá ao valor de mais 01 (um) descanso semanal remunerado, ficando vedada a transformação do pagamento em folga, tanto para os trabalhadores com salário fixo quanto para os comissionados;
- **d)** não inclusão das horas trabalhadas nos feriados no sistema de compensação de horário de trabalho previsto na cláusula nominada "Compensação de Horário de Trabalho";
- e) ressarcimento de despesas com transporte, de ida e volta, sem nenhum ônus ou desconto para o empregado;
- f) concessão, até 31 de julho de 2017, de folgas adicionais coincidentes com 03 (três) domingos, sem prejuízo do disposto na cláusula nominada "*Trabalho aos Domingos*", relativamente ao trabalho naqueles dias, facultando-se a conversão dos 03 (três) dias em indenização, que deverá ocorrer até 31.07.2017, ou quando da rescisão contratual, se ocorrer antes desta data.

**Parágrafo Primeiro** - As folgas compensatórias devidas em razão do trabalho em feriados serão gozadas em até 60 (sessenta) dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao trabalhado, sob pena de dobra.

**Parágrafo Segundo** - A concessão do DSR, gozado ou indenizado, não desobriga a empresa ao pagamento das horas em dobro, trabalhadas nos feriados, não podendo o DSR ser computado para a dobra aqui prevista;

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente da jornada, as empresas que têm cozinha e refeitórios próprios, e fornecem refeições, nos termos do PAT, fornecerão alimentação nesses dias ou, fora dessas situações, fornecerão documento refeição ou indenização em dinheiro, conforme segue, não sendo permitida a concessão de "marmitex":

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhangabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900

e-mail: atendimento@comerciarios.org.br

Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 - 8377 e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.com.br







**Parágrafo Quarto** - Ensejará hora extra remunerada com adicional de 100%, o acréscimo da jornada no feriado em limites superiores aos da jornada diária normal;

**Parágrafo Quinto** - O trabalho nesses dias não será obrigatório para os empregados, cabendo aos mesmos a faculdade de opcão:

**Parágrafo Sexto** - Serão nulos de pleno direito, não tendo eficácia ou validade, acordos celebrados em limites inferiores aos ora estabelecidos, indispensável, mesmo em ajustes com maiores concessões aos empregados, a assistência conjunta das entidades sindicais convenentes;

**Parágrafo Sétimo** - O disposto nesta cláusula não desobriga as empresas a satisfazer as demais exigências dos poderes públicos em relação à abertura de seu estabelecimento;

Parágrafo Oitavo - A empresa comunicará o Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo - SINCOELÉTRICO, com antecedência de 05 (cinco) dias úteis para cada feriado, da intenção de funcionamento e trabalho no mesmo, bem como apresentará declaração de que está cumprindo integralmente a Convenção Coletiva de Trabalho vigente, sendo este documento o indispensável comprovante de regularidade do trabalho;

**Parágrafo Nono** - Quando o feriado recair no domingo prevalece o convencionando para o trabalho no feriado, sem prejuízo do DSR.

- **45. TRABALHO EM PRIMEIRO DE MAIO:** Para o trabalho no dia 1º de maio ficam definidas as seguintes regras especiais, sem prejuízo do disposto no parágrafo 3º da cláusula anterior:
  - I limite máximo de 06 (seis) horas de trabalho;
  - II proibição de horas extras, que, uma vez venficadas, sofrerão acréscimo do percentual de 200%;
  - III pagamento em dobro das horas trabalhadas (12 horas), sem prejuízo do DSR;
  - **IV** 02 (duas) folgas: a primeira em até 20 (vinte) dias do trabalho e a outra em até 90 (noventa) dias;
  - V pagamento de vale alimentação de R\$ 46,00 (muarenta e seis reais);
  - VI ressarcimento de despesas com transporte de ida e volta, sem nentrum ônus ou desconto para o empregado;

Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377

e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.com.b

ágina- 19 -

ET &

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhangabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900 e-mail: atendimento@comerciários.ora.br





**Parágrafo único** - O descumprimento de qualquer disposição desta cláusula ensejará para a empresa infratora multa de **R\$ 442,00** (quatrocentos e quarenta e dois reais) por empregado.

- **46. ESTABILIDADE APÓS O RETORNO DAS FÉRIAS:** O empregado que retornar de férias não poderá ser dispensado antes de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia de trabalho.
- 47. GARANTIA DE EMPREGO RETORNO DO AUXÍLIO DOENÇA: Ao comerciário que retorna ao trabalho em razão de afastamento por doença, fica assegurada a manutenção de seu contrato de trabalho pelo período de 30 (trinta) dias, a partir da alta previdenciária.
- 48. GARANTIA DE EMPREGO AO PORTADOR DO VÍRUS HIV: Ao empregado portador da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDs) será garantido o emprego até o seu afastamento pelo INSS, desde que tenha comunicado essa circunstância à empresa em até 60 (sessenta) dias da data da dispensa.
- **49. SEGURO:** As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho que, na medida de suas possibilidades e critério de administração, desejarem criar grupos de estudos para a implantação de plano de seguro de vida em grupo, modalidade PASI, facultativo aos seus empregados, poderão valer-se da assessoria das entidades sindicais convenentes.
- **50. MULTA:** Fica estipulada multa no valor de **R\$ 141,00** (cento e quarenta e um reais), a partir de 01 de setembro de 2016, por empregado e por infração, pelo descumprimento de qualquer cláusula contida no presente instrumento a favor do empregado, não cumulativa com qualquer outra multa disposta nesta Convenção.
- **51. HOMOLOGAÇÃO:** O ato de assistência na rescisão contratual será sem ônus para trabalhadores e empregadores.

**Parágrafo único:** Se, por conveniência do empregador, este desejar ser atendido de forma especial, em caráter urgente, em dia e nora de sua preferência, ficará sujeito ao pagamento de taxa retributiva destinada às despesas do setor de homologação, a ser fixada na forma aprovada pela A.G.E.

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhangabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900

e-mail: atendimento@comerciarios.org.br

Sindicato do Comercio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377 e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.com.br







**52. ACORDOS COLETIVOS:** Os sindicatos convenentes, objetivando o aprimoramento das relações trabalhistas e a solução de problemas envolvendo seus representados, obrigam-se à negociação e à celebração conjunta acordos coletivos de qualquer natureza envolvendo quaisquer empresas, associadas ou não, que integrem a respectiva categoria econômica, salvo as hipóteses previstas nos parágrafos primeiro e segundo.

**Parágrafo Primeiro** - Caso a empresa não tenha interesse em ser assistida pelo SINCOELÉTRICO, deverá proceder à recusa e/ou oposição de forma expressa, da qual se dará ciência à Entidade Patronal, sob pena de ineficácia e invalidade dos acordos coletivos.

**Parágrafo Segundo** - Quando houver a ausência de manifestação e interesse por parte da entidade patronal no acompanhamento das empresas nas negociações, resultará na concordância tácita dos termos e acordos coletivos ajustados entre a entidade representativa dos empregados e as empresas.

**Parágrafo Terceiro** - Para fins do cumprimento do disposto nesta cláusula o Sindicato dos Comerciários de São Paulo comunicará a entidade patronal, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data prevista para a realização da reunião agendada pelo Sindicato profissional via e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.com.br.

53 COMUNICAÇÃO PRÉVIA: Na hipótese de convocação de empresas em razão de denúncias de irregularidades em face da legislação ou de descumprimento desta Convenção, a entidade sindical representante da categoria profissional se obriga a comunicar, na mesma data da convocação, devidamente acompanhada de cópia da denuncia, a entidade sindical representante da categoria econômica, via e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.com.br.

**Parágrafo único** - A ausência de manifestação e interesse por parte da entidade patronal no acompanhamento das empresas nas convocações resultará na renúncia da participação da entidade patronal.

54. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS: As empresas que optarem por realizar acordos de participação nos resultados nos termos da Lei 10.101/2000, farão suas propostas de acordo com suas possibilidades financeiras ao Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo - SINCOELÉTRICO, que encaminhará e negociará junto ao sindicato profissional as condições propostas.

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhangabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900

e-mail: atendimento@comerciarios.org.br

Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377 e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.com.br

Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico

e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Pa







Parágrafo Primeiro - As empresas que optarem por realizar acordos de participação nos resultados, poderão descontar dos empregados a parcela legalmente prevista para concessão de vale-transporte e refeição, que forem fornecidas para aqueles que trabalharem aos domingos e feriados, desde que haja atingimento de metas e distribuição consequente de resultados.

Parágrafo Segundo - Os instrumentos celebrados dispondo sobre participação nos resultados, sob pena de ineficácia, deverão observar o quanto disposto no §2º do artigo 2º da Lei nº. 10.101/2000.

55 - CÂMARAS INTERSINDICAIS DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA DO COMÉRCIO - Qualquer demanda de natureza trabalhista entre empregados e empregadores das categorias profissional e econômica do comércio, integrantes ou conveniadas com Câmaras Intersindicais de Conciliação Trabalhista do Comércio, bem como as normas de cumprimento aqui estabelecidas, deverão ser a estas submetidas, apenas quando instaladas no município de ativação do trabalhador obedecidos os artigos 625 a 625H da CLT.

Parágrafo único - Fica instituída uma taxa retributiva a ser acordada entre os sindicatos instituidores das Câmaras Intersindicais de Conciliação Trabalhista do Comércio, que será paga pelas empresas e destinada ao ressarcimento das despesas básicas despendidas para manutenção e desenvolvimento das Câmaras.

56. ABRANGÊNCIA: A presente Convenção se aplica exclusivamente aos empregados comerciários que trabalhem em empresas do ramo do comércio varejista de material elétrico, eletroeletrônico, informática, telecomunicações, iluminação em geral e aparelhos eletrodomésticos no município de São Paulo.

57. PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA, OU REVOGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL: Nos casos de prorrogação, revisão, denúncia, ou revogação total ou parcial desta Convenção, serão observadas as disposições constantes do art. 615 da Consolidação das Leis do Trabalho.

dontrovérsias oriundas do 58. FORO COMPETENTE: As dúvidas descumprimento das cláusulas contidas na presente Convenção Coletiva serão dirimidas pela Justiça do Trabalho.

Sindicato do Comércio Vareiista de Material Elétrico

Sindicato dos Comerciários de São Paulo Rua Formosa, 99 - Anhanaabaú - Centro CEP 01049-000 - São Paulo - SP Tel. 2121-5900

e-mail: atendimento@comercianos.org.br

e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo Rua Conselheiro Crispiniano, 398 - 9º andar CEP 01037-001 - SP - Tel. 3333 -8377 e-mail: sincoeletrico@sincoeletrico.c





59. VIGÊNCIA: A presente Convenção Coletiva terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 01 de setembro de 2016 e até 31 de agosto de 2017.

São Paulo, 17 de outubro de 2016.

DOS COMERCIÁRIOS DE SÃO PAULO

COS AFONSO DE OLIVEIRA

DIRETOR JURÍDICO

ROBSON EDUARDO ANDRADE RIOS

OAB/SP 86.361

CLAUDIA CAMPOS BRAGA PATAH OAB/SP 106.172

WALKIRIA DANIELA FERRARI OAB/\$P 165.058

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO E APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO -

SINCOELÉTRICO

MARCO AURÉLIO SPROVI

PRESIDENTE

RI RODRIGUES ANTONIO JORGE FARAH OAB/SP 65.963

C B fodal